

REQUERIMENTO DE DESAPENSAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. ANA PIMENTEL)

Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 3.443/2023 – que altera o art. 3º da Lei 4.324, de 14 de abril de 1964, para dispor sobre a composição do Conselho Federal de Odontologia –, do Projeto de Lei nº 11.165, de 2018.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desapensamento do Projeto de Lei nº 3.443, de 2023, de minha autoria, atualmente apensado ao Projeto de Lei nº 11.165, de 2018, de autoria do Sr. Deputado Carlos Henrique Gaguim.

JUSTIFICATIVA

Conquanto ambos os projetos alterem a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, os seus objetos são substancialmente distintos, não havendo identidade temática que justifique a tramitação conjunta.

O PL nº 3.443/2023 tem escopo restrito e pontual, limitando-se a alterar o art. 3º da Lei nº 4.324/1964 para ampliar de dezoito para vinte e sete o número de membros do Conselho Federal de Odontologia, assegurando representação de todas as unidades federativas, sem modificar competências, estrutura administrativa, processo eleitoral ou atribuições da autarquia.

Por outro lado, o PL nº 11.165/2018 propõe reforma abrangente e estrutural da Lei nº 4.324/1964, reescrevendo praticamente todo o diploma legal: redefine a finalidade do sistema CFO/CRO, detalha regras eleitorais (mandatos, chapas, voto eletrônico, limitação de reeleição), amplia



competências normativas e disciplinares, altera fontes de custeio, cria novas atribuições de fiscalização e introduz disposições sobre registro de profissionais e empresas do setor odontológico.

Assim, enquanto o PL 3.443/2023 versa sobre representatividade federativa na composição do CFO, o PL 11.165/2018 estabelece um novo marco regulatório para os Conselhos de Odontologia, abrangendo temas complexos e múltiplos. A tramitação conjunta pode dificultar a análise célere e objetiva da proposta simples, prejudicando a apreciação do mérito próprio do PL nº 3.443/2023.

Diante dessa evidente divergência de escopo e complexidade normativa, impõe-se o desapensamento, para que cada proposição siga tramitação independente, garantindo análise adequada e debate proporcional à relevância e ao alcance de cada matéria.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANA PIMENTEL

